



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2021

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE GESTÃO
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021

Temos a satisfação de apresentar a Vossas Senhorias o RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE GESTÃO, contendo a Execução Orçamentária; Análises das Receita e Despesas; Balanços Financeiro e Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; e, Demonstração da Dívida Pública, bem como considerações pessoais, da Administração Direta do Município de BELÉM DE MARIA, relativo ao exercício de 2021, que visa à transparência da situação financeira municipal.

1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 – ORÇAMENTO

A Lei de Meios do Poder Executivo Municipal, para o exercício de 2021, número 796 de 26 de novembro de 2020, estimou a Receita em R\$ 38.459.000,00 (Trinta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil reais) e fixou a despesa em R\$ 38.459.000,00 (Trinta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil reais). Entretanto, houve a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, vindo a alterar estas cifras, conforme demonstra o quadro a seguir:

DESPESAS FIXADAS		R\$ 40.086.974,16
Créditos Suplementares	R\$ 18.355.175,77	
(-) Reduções	R\$ 16.582.294,81	
Créditos Especiais	R\$ 0,00	
(-) Reduções	R\$ 0,00	
Créditos Extraordinários	R\$ 0,00	
(-) Reduções	R\$ 0,00	
SUB-TOTAL DE SUPLEMENTARES		R\$ 18.355.175,77
DESPESA AUTORIZADA		R\$ 40.086.974,16



1.2 – CRÉDITOS ADICIONAIS

Os créditos adicionais foram efetivados, de acordo com o Artigo 43 da Lei 4.320/64, tendo sido utilizados os seguintes recursos:

Anulações de Dotações	R\$ 16.582.294,81	
Superávit Financeiro	R\$ 523.731,23	
Excesso de Arrecadação	R\$ 1.249.149,73	R\$ 18.355.175,77

1.3 – ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 40.086.974,16 (Quarenta milhões, oitenta e seis mil, novecentos e setenta e quatro reais e dezesseis centavos) e seu comportamento no exercício, se traduz no quadro a seguir:

TÍTULOS	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES			
Impostos, Tx., Juros e C.M.	R\$ 723.743,00	R\$ 424.623,73	R\$ 299.119,27
Contribuições	R\$ 252.000,00	R\$ 28.456,03	R\$ 223.543,97
Receita Patrimonial	R\$ 2.100,00	R\$ 20.168,55	R\$ -18.068,55
Receita de Serviços	R\$ 143.900,00	R\$ 0,00	R\$ 143.900,00
Transferências Correntes	R\$ 30.981.447,00	R\$ 35.180.539,91	R\$ - 4.199.092,91
Outras Receitas Correntes	R\$ 810,00	R\$ 13.320,52	R\$ -12.510,52

RECEITAS DE CAPITAL			
Operações de Créditos	R\$ 4.000.000,00	R\$ 3.891.446,66	R\$ 108.553,34
Alienação de Bens	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de Capital	R\$ 2.355.000,00	R\$ 528.418,76	R\$ 1.826.581,24
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Deduções da Receita	R\$ - 3.894.400,00	R\$ - 4.346.278,70	R\$ -8.240.678,70
TOTAL DA RECEITA	R\$ 2.460.600,00	R\$ 73.586,72	R\$ -6.305.544,12



As Transferências Correntes e de Capital, da União e do Estado, (descontadas as deduções para composição do FUNDEB) de R\$ 35.180.539,91, e, as Receitas Próprias (descontadas as deduções da Receita Tributária) de R\$ 424.623,73, correspondem a 1,21% e 87,76%, respectivamente, do montante arrecadado, estando inclusas nestas últimas, as Operações de Crédito e Alienação de Bens, representando 11,06%. O comportamento da receita realizada nos dois últimos exercícios, considerando as receitas próprias e as transferências, teve a seguinte evolução:

ANOS	TRANSFERÊNCIAS	PRÓPRIAS	TOTAIS	CRESCIMENTO
2020	R\$ 35.070.034,71	R\$ 536.637,02	R\$ 35.606.671,73	
2021	R\$ 39.526.818,61	R\$ 424.623,73	R\$39.951.442,34	89,12%

O crescimento da Receita de 2021 em relação a 2020, foi de 89,12%.

1.4 – ANÁLISE DA DESPESA

TÍTULOS	AUTORIZADA	REALIZADA	DIFERENÇA
DESPESAS CORRENTES			
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 30.697.864,72	R\$ 32.430.169,81	R\$ -1.732.305,09
Juros/Encargos Div. Interna	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	R\$ 10.000,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 13.516.864,72	R\$ 16.479.800,53	R\$ -2.962.935,81
Ações P/Enfrentam. Covid 19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	R\$ 6.880.000,00	R\$ 5.940.500,91	R\$ 939.499,09
Inversões Financeiras	R\$ 2.000,00	R\$ 103.500,00	R\$ -101.500,00
Amortização Dívida Interna	R\$ 558.095,28	R\$ 1.108.729,92	R\$ -550.634,64
Reserva de Contingência	R\$ 321.040,00	R\$ 0,00	R\$ 321.040,00
TOTAL DA DESPESA	R\$ 7.761.135,28	R\$ 7.152.730,83	R\$ 608.404,45

INTERFERÊNCIAS PASSIVAS

Transferências Financeiras ao Legislativo

R\$ 1.279.723,92

O comportamento da despesa realizada nos dois últimos exercícios, considerando-se as Despesas Correntes e as de Capital, apresentou a seguinte evolução:

ANOS	CORRENTES	CAPITAIS	TOTAIS	CRESCIMENTO
2020	R\$ 31.872.474,70	R\$ 3.108.181,18	R\$ 34.980.655,88	
2021	R\$ 32.430.169,81	R\$ 7.152.730,83	R\$ 39.582.900,64	88,37%

A Despesa em 2021 com relação a 2020, sofreu um acréscimo de 88,37%.

Como podemos constatar pela evolução da Receita e Despesa, tivemos um crescimento de 89,12% na Receita total. Já na Despesa houve um aumento de 88,37%.

1.5 – CONFRONTO DA DESPESA E DA RECEITA

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

DESPESA REALIZADA		R\$ 32.430.169,81
Créditos Ordinários	R\$ 17.106.026,04	
Créditos Especiais	R\$ 1.249.149,73	
DESPESA AUTORIZADA		R\$ 30.697.864,72
Despesa a Maior	R\$ 1.732.305,09	
RECEITA PREVISTA		R\$ 31.104.000,00
(-) Receita Arrecadada	R\$ 35.667.108,74	
Receita a Maior	R\$ 4.563.108,74	

2 – GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA

2.1 – BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro, representa a peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, de um período, uma vez que conjuga as operações de Receitas e Despesas orçamentárias, além daquelas, que por sua natureza, não dependem da autorização da Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no final do exercício. As operações financeiras se processaram conforme demonstrado a seguir:

SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO **R\$ 1.084.224,96**

RECEITA REALIZADA:

ORÇAMENTÁRIA **R\$ 40.086.974,16**

EXTRA ORÇAMENTÁRIA **R\$ 3.920.076,65**

Recebimento de Créditos R\$ 119.037,27

Formação de Dívidas R\$ 3.801.039,38 **R\$ 3.920.076,65**

TOTAIS **R\$ 45.091.275,77**

DESPESA REALIZADA:

ORÇAMENTÁRIA

Empenhada e Paga R\$ 39.582.900,64

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS R\$ 9.352.114,66 **R\$ 48.935.015,30**

EXTRA ORÇAMENTÁRIA

Formação de Créditos R\$ 112.925,05

Pagamento de Dívidas R\$ 2.769.625,91 **R\$ 2.882.550,96**

TOTAIS **R\$ 2.882.550,96**

SALDO EM 31/12/2021 **R\$ 658.510,21**

(Inclusos Depósitos Restituíveis/Valores Vinculados)

O saldo acima confere com o constante do **ATIVO DISPONÍVEL** do Balanço Patrimonial.

2.2 – BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial expressa, qualitativa e quantitativamente, o Patrimônio Municipal, e demonstra a situação dos bens, direitos e obrigações, considerando a origem e aplicação dos recursos.

ATIVO CIRCULANTE

Disponível	R\$ 952.790,66	
Realizável	R\$ 11.234.924,42	R\$ 12.187.715,08

PASSIVO CIRCULANTE

Restos a Pagar de 2021	R\$ 3.893.586,60	
Obrigações de Curto Prazo	R\$ 600,00	R\$ 3.894.186,60

SUPERÁVIT FINANCEIRO **R\$ 523.731,23**

Por seu turno, a representação do Patrimônio, resume-se em:

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Realizável a Longo Prazo	R\$ 11.234.924,42	
Bens Móveis e Imóveis	R\$ 24.641.315,90	
Bens Intangíveis	R\$ 0,00	
Valores em Ações	R\$ 0,00	R\$ 35.876.240,32

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Dívida Fundada Interna – Contratos/Parcelamentos **R\$ 4.903.526,56**

ATIVO PERMANENTE LÍQUIDO R\$ 38.891.573,09

Os valores resultantes do Superávit Financeiro, acrescidos ao Ativo Permanente Líquido, conduzem ao **PATRIMÔNIO LÍQUIDO MUNICIPAL de R\$ 36.827.131,79**

2.3 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações experimentadas pelo Patrimônio Municipal, se configuram na Demonstração das Variações Patrimoniais, e, analisadas podem ser assim traduzidas:

VARIAÇÕES DE ORIGEM ORÇAMENTÁRIA

Receita Arrecadada **R\$ 40.086.974,16**

Despesa Efetivamente Liquidada R\$ 39.582.900,64

Transferências Financeiras Concedidas R\$ 9.352.114,66 **R\$ 48.935.015,30**

SUPERÁVIT DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA R\$ 523.731,23

VARIAÇÕES INDEPENDENTES DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Variações Ativas **R\$ 46.311.830,40**

Variações Passivas **R\$ 51.336.335,61**

DÉFICIT INDEPENDENTE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA R\$ 13.296.595,62

SUPERÁVIT PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO R\$ 5.024.505,21

2.4 – DÍVIDA PÚBLICA

a) DÍVIDA FUNDADA

A Dívida Fundada, previamente autorizada em Leis e nos termos dispostos na Lei 4.320/64, que congrega os compromissos de exigibilidade superiores a 12 meses, contratada para suprir desequilíbrios orçamentários e financeiros, de obras e/ou serviços públicos, considerando principal e juros, apresentou a seguinte evolução.

SALDO INICIAL(R\$)	EMIÇÃO (R\$)	RESGATE (R\$)	SALDO FINAL(R\$)
10.490.267,42	3.915.058,12	1.108.729,92	13.296.595,62

b) DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante, compreendendo as obrigações de curto prazo, como Restos a Pagar e Retenções Legais a serem repassadas, atingiu o montante de R\$ 2.159.930,63.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente Relatório, procuramos considerar e ressaltar os principais aspectos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial gerados em função das movimentações realizadas no exercício de 2021. Neste exercício traçamos estratégias que foram fruto de reuniões com nosso secretariado, assim como nossos servidores, em função da pandemia da COVID19, que entrava em seu segundo ano, determinamos a contenção máxima possível de gastos, principalmente em despesas de custeio. Tudo isso cremos, em face da alta de preços dos produtos que se verificou, e se verifica no Brasil e no Mundo. Julgamos uma evolução aceitável. Mesmo em plena pandemia, sempre procurando respeitar os protocolos de segurança próprias, bem como da população, intensificamos a atuação de nossos servidores públicos, responsáveis pela tributação, procurando o melhor incremento possível, na arrecadação de receitas próprias, como IPTU, ITBI, ISS, Taxas, e, especialmente em Dívida Ativa. Empregando o melhor esforço possível, com muita criatividade e economia, logramos atingir nossos objetivos, embora as dificuldades encontradas, pois com uma arrecadação de R\$ 424.623,73, 1,21% acima do previsto, também com crescimento de 88,37%, em comparação com o exercício anterior, mantivemos nossas despesas em R\$ 39.582.900,64.



Demonstramos a continuidade do esforço da Gestão em controlar os gastos públicos, num patamar estável, porém, não só mantendo, como aumentando os investimentos, principalmente em Saúde, assim como, em Educação e Assistência Social, conforme preconiza a Constituição Federal. Importa também salientar que, demos seqüência a atualização da planta de valores das economias municipais, geradoras do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), medida tomada na gestão anterior que, além de gerar mais recursos públicos, está sendo um balizador de justiça tributária, tendo em vista que, tal iniciativa, reduziu e até zerou o imposto de certas economias (população mais carente e necessitada), por outro lado, cobrando valores justos dos mais abastados. Pelo exposto, podemos dizer que passamos por uma experiência muito significativa, e, que será utilizada, e melhorada, nos anos seguintes, porém ainda enfrentando uma das maiores crises financeiras por que passa o mundo, nosso Brasil, seus Estados, mas, especialmente os Municípios, nos quais a população reside, conhece o prefeito, e a ele, diretamente efetua suas reivindicações, além da pandemia, causada pelo letal vírus COVID19, consideramos ter realizado uma administração muito transparente, enfrentando as dificuldades inerentes a uma realidade, não de perdas na arrecadação, mas sim de recrudescimento das despesas, além de cumprir os princípios de publicidade, legalidade, impessoalidade, moralidade, probidade e economicidade, no trato dos recursos públicos, para que a administração, realmente esteja transformando BELÉM DE MARIA em uma cidade melhor, e, conseqüentemente seus cidadãos, tendo uma vida melhor, com qualidade e excelência.

Desejamos nos colocar ao inteiro dispor desse Egrégio Tribunal de Contas, para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.